



Número: **0802331-28.2019.8.20.5108**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros**

Última distribuição : **14/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.712,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA (AUTOR)		GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47851815	14/08/2019 15:57	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
47851820	14/08/2019 15:57	<a href="#">1 - Petição Inicial</a>	Outros documentos
47851825	14/08/2019 15:57	<a href="#">2 - Procuração</a>	Procuração
47852536	14/08/2019 15:57	<a href="#">3 - Documentos pessoais</a>	Documento de Identificação
47852538	14/08/2019 15:57	<a href="#">4 - Comprovante de residência</a>	Documento de Comprovação
47852539	14/08/2019 15:57	<a href="#">5 - Comproverantes de hipossuficiência</a>	Documento de Comprovação
47852541	14/08/2019 15:57	<a href="#">6 - Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
47852544	14/08/2019 15:57	<a href="#">7 - Documento da moto</a>	Documento de Comprovação
47852546	14/08/2019 15:57	<a href="#">8 - Documentos hospitalares - Parte 1</a>	Documento de Comprovação
47852549	14/08/2019 15:57	<a href="#">9 - Documentos hospitalares - Parte 2</a>	Documento de Comprovação
47852552	14/08/2019 15:57	<a href="#">10 - Documentos hospitalares - Parte 3</a>	Documento de Comprovação
47852556	14/08/2019 15:57	<a href="#">11 - Carta Administrativa - Seguradora Líder</a>	Documento de Comprovação
47876843	15/08/2019 14:52	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
48087695	23/08/2019 09:42	<a href="#">Citação</a>	Citação

Em anexo.



Ao Juízo de uma das Varas Cíveis da Comarca de Pau dos Ferros – RN, a quem couber por distribuição legal

**JOAQUIM JOSÉ GLEIDE DA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 009.366.354-44, residente e domiciliado na Rua Carloto Távora, nº 490, bairro São Benedito, Pau dos Ferros/RN, através dos procuradores que a presente subscrevem, devidamente constituídos por força do instrumento de mandato já existente no ventre processual, e com endereço no rodapé desta peça; vem a r. presença de V. Exa. propor a presente:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

Contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, Nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20.031-205, em virtude dos motivos **iure et facto** a seguir delineados:

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



## **I - PRELIMINARMENTE**

### **1.1 - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, o Autor afirma que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do art. 4º da lei 1.060/50, com redação introduzida pela Lei 7.510/86.

### **1.2 - DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte Demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que, de praxe, a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art. 334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em que não se admite a autocomposição.

### **1.3 - DA NÃO INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO**

É de fundamental importância analisar o caráter das seguintes Súmulas do STJ que versam sobre a prescrição das ações indenizatórias de seguro DPVAT. Veja-se:

---

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



**Súmula 278 - O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. (SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2003, DJ 16/06/2003)**

(grifo nosso)

Ou seja, o termo inicial do prazo prescricional é a data em que o Segurado teve ciência inequívoca da capacidade laboral e não a data do acidente ou do pagamento administrativo, conforme o julgado acima e, no caso concreto, o Autor em momento algum obteve laudo médico informando acerca da incapacidade laborativa - motivo pelo qual o marco inicial da ciência inequívoca será, sem dúvida, o dia da perícia realizada pela justiça.

**Ademais, ainda que fosse da data do pagamento administrativo, tem-se que este ocorreu em 20/12/2018, não havendo o que se falar em prescrição.**

Neste diapasão, a Súmula 57 do STJ aponta:

**Súmula 573 - Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução. (Súmula 573, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016)**

Lê-se ainda nas vastas jurisprudências oportunamente expostas abaixo, as quais são do ano de 2018, TODAS reafirmando as supracitadas súmulas, ou seja, afastam a existência de prescrição quando não se



evidencia laudo médico informando a incapacidade. Veja-se:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. LAUDO MÉDICO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML. PRESCRIÇÃO AFASTADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência da Segunda Seção, reafirmando a exegese cristalizada na Súmula 278/STJ, assentou **QUE O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL PARA O EXERCÍCIO DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT "É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ"** (REsp 1.388.030/MG, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 11/6/2014, DJe de 1º/8/2014). 2. Posteriormente, o referido órgão julgador esclareceu que, **EXCETO NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE NOTÓRIA (AMPUTAÇÃO DE MEMBRO, ENTRE OUTROS) OU NAQUELES EM QUE O CONHECIMENTO ANTERIOR RESULTE COMPROVADO NA FASE DE INSTRUÇÃO, A VÍTIMA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO TEM CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DE SUA INCAPACIDADE NA DATA DA EMISSÃO DO LAUDO MÉDICO PERICIAL** (EDcl no REsp 1.388.030/MG, julgado em 27/8/2014, DJe de 12/11/2014). 3.

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



NA ESPÉCIE, NÃO OBSTANTE SE POSSA PRESUMIR QUE O AUTOR TIVESSE "CIÊNCIA DAS CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS DO ACIDENTE", A CIÊNCIA INEQUÍVOCA "DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ" DECORRENTES DAS LESÕES SOFRIDAS NO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO ADVEIO A PARTIR DO LAUDO EMITIDO PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML, realizado em 10/11/2009. Assim, não se tratando de invalidez permanente notória (amputação de membro, entre outros) ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução, merece ser afastada a prescrição. 4. Agravo interno não provido.

(STJ - AgInt no REsp: 1660272 MG 2017/0055607-0, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: **18/09/2018**, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe **21/09/2018** (grifos acrescidos)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - PRESCRIÇÃO AFASTADA - SÚMULA Nº 278 DO STJ - DIFERENÇA ENTRE A CIÊNCIA DA LESÃO E DO SEU CARÁTER PERMANENTE - INVALIDEZ COMPROVADA POR LAUDO MÉDICO PERICIAL - INDENIZAÇÃO DEVIDA - SENTENÇA MANTIDA - HONORÁRIOS MAJORADOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. "O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o



segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral” (Súmula nº 278 do STJ). NÃO SE PODE CONFUNDIR “CIÊNCIA DA LESÃO” COM “CONHECIMENTO DO CARÁTER PERMANENTE”, UMA VEZ QUE ESTE SÓ PODE SER OBTIDO POR LAUDO MÉDICO E NÃO A PARTIR DE CRITÉRIOS DE PRESUNÇÃO. (Ap 24534/2018, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 22/08/2018, Publicado no DJE 29/08/2018)

(TJ-MT - APL: 00377731720168110041245342018 MT, Relator: DES. DIRCEU DOS SANTOS, Data de Julgamento: 22/08/2018, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Data de Publicação: **29/08/2018** (grifos acrescidos)

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – PRESCRIÇÃO – INOCORRENCIA – SÚMULA 573 E 278 SO STJ – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A partir da entrada em vigor do novo Código Civil, ou seja, 11/1/2003, o prazo prescricional para a demanda que busca o pagamento integral do seguro obrigatório DPVAT passou a ser trienal, nos termos do art. 206, § 3º, IX, do CC/2002. Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com





**instrução.** (Súmula 573 - STJ). **O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. (Súmula 278 - STJ).** A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. Aprovada em 14/09/2016, DJe 19/09/2016. (Súmula 580 - STJ). Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. (Súmula 426 - STJ) (Ap 54654/2012, DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 25/07/2018, Publicado no DJE 30/07/2018)

(TJ-MT - APL: 00330292320098110041546542012 MT, Relator: DR. MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 25/07/2018, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, **Data de Publicação: 30/07/2018**) (grifos acrescidos)

Em consonância com o que ponderaram as jurisprudências supracitadas, percebe-se de forma solar que estas guardam total relação com o caso em apreço, na medida em que não há nos autos documento - laudo médico ou perícia do IML - que comprove a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, fundamental para o início da contagem do prazo prescricional nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT.

Portanto, requer desde já a produção de prova pericial, para confirmação da debilidade elencada e a consequente ciência inequívoca do



caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, observando, para tanto, o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita.

## **II - DOS FATOS**

É oportuno mencionar que em data de 14 de setembro de 2015, aproximadamente às 16h00min, o Demandante seguia em sua motocicleta na BR 405, em frente à Igreja Universal, em Pau dos Ferros-RN, quando colidiu com um veículo similar, perdendo o controle da direção e caindo ao solo. O Autor teve fratura exposta e ficou inconsciente, conforme notícia o Boletim de Ocorrência anexo aos autos processuais.

O Demandante, no momento do acidente supracitado, estava na motocicleta marca/modelo HONDA/NXR160 BROS ESDD, ano fab/mod 2015/2015, cor preta, placa OWF 6002/RN.

O Autor foi socorrido por uma unidade do SAMU e encaminhado ao Hospital Regional de Pau dos Ferros, onde foi diagnosticado com uma fratura em membro inferior esquerdo. Passou por procedimento cirúrgico e permaneceu internado por 8 (oito) dias, conforme boletim de urgência e laudos anexos.

Diante disso, o Autor pleiteou a liberação do seguro DPVAT, no entanto, pasmem, recebeu apenas R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) pelas vias administrativa, valor abaixo do que faz jus, motivo pelo qual pleiteia a concessão de quantia condizente ao dano suportado por ele.

Frise-se que, de acordo com a tabela disponibilizada pela Lei vigente, o Autor faz jus a liberação da quantia de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) pela via judicial.

---

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



Vale salientar que como é de conhecimento de todos, a Líder Seguradora, constantemente, dificulta os procedimentos na realização dos pedidos de DPVAT, causando um grande transtorno e prejuízo aos que tanto necessitam dos serviços de apoio e orientação, que são garantidos por lei.

As dificuldades geradas pela Líder Seguradora chegaram a tal ponto que as próprias vítimas de acidentes de trânsito não conseguem levantar toda a documentação necessária sem a orientação de quem detém o conhecimento do procedimento, inclusive, o alto custo e o tempo necessários para esse empenho acabam desestimulando a procura pelos seus direitos, além disso, quando é feito pagamento da indenização, esta prejudica os beneficiários que recebem quantia inferior aos valores condizentes com a sequela.

Conforme disposto em linhas pretéritas, a utilização da tabela inserida através da Medida Provisória N° 451/2008, a qual fora posteriormente convertida na Lei N° 11.945/2009, é devidamente cabível haja vista que o acidente retratado na exordial ocorreu após a entrada em vigor dessas disposições legais.

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

Inicialmente, impende-se destacar que o seguro DPVAT foi instituído pela Lei Federal N° 6.194/74, alterada posteriormente pelas Leis N° 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, com o escopo de amparar os danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

Neste contexto, o seguro obrigatório – diferentemente dos demais contratos desta ordem – é disciplinado por legislação específica, sendo as indenizações cabíveis dispostas em uma tabela cujos valores não são passíveis de transação.

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com



No caso em foco, resta patente a subsunção do fato à norma aplicável, eis que consoante o que foi descrito, a demandante foi vítima de um sinistro automobilístico, caracterizando-se que o mesmo faz jus a uma indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT.

Outrossim, é cogente frisar que a documentação anexa ao presente petitório demonstra inequivocamente que houve o acidente bem como o grau de sequela suportado pela parte autora, podendo inferir assim que não há razão plausível para que a parte ré se negue a indenizar à parte autora com o valor correspondente a que deveria fazer jus.

Neste ínterim, o artigo 5º da Lei Nº 6.194/74, assim se reporta quanto ao direito à percepção do seguro:

Art . 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Tecendo-se uma análise quanto ao conteúdo da norma retrotranscrita, conclui-se que a indenização será devida mediante a prova pura e simples de que o acidente ocorreu, assim como do dano por ele provado.

Assim, o Boletim de Ocorrência e o Prontuário Médico são suficientes para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas advindas, estando presente assim o direito do Promovente de receber a complementação do seguro obrigatório DPVAT.

A Lei Nº 8.441/92, que alterou alguns dispositivos da norma anterior, foi ainda mais ampliativa, e no seu Art. 7º assevera o que segue:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido,



será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

Nesta mesma linha argumentativa, o benefício por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei N 11.482, de 31 de maio de 2007, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifos nossos).

Em tendo o sinistro ocorrido em 20 de dezembro de 2018, estando, portanto, sob a égide da Lei Nº 11.945/2009, a qual fora convertida através da Medida Provisória Nº 451 de 12/12/2008, alterando a Lei Nº 6.194/74, em seu art. 3º, inciso II, a saber:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de



assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: *(Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009)*. Art. 33

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

*(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e *(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. *(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

§ 1º - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)*. Art. 33

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e *(Incluído pela Lei Nº 11.945, de 2009)*.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento)



para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei Nº 11.945, de 2009).*

Diante do que restou demonstrado, resta patente, portanto, que a parte autora faz jus à percepção do seguro obrigatório DPVAT, eis que o valor disposto pela seguradora está inferior as seqüelas suportadas, disposto na Lei, a que fazia jus.

#### **IV - DO REQUERIMENTO**

Diante dos prolegômenos apresentados a V. Ex.a., com fundamento da Lei nº 9.099/95, art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, requer a procedência da presente, para o fim de condenar o Requerido, ao cumprimento do pagamento da indenização em epígrafe. Outrossim, requer ainda o seguinte:

a) busca-se a Tutela Jurisdicional do Estado, e invocando-a através desse A. Juízo, suplica desde logo lhe seja concedida a **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, com espeque na Lei nº 13.105/15, art. 98, conquanto é pobre o Requerente, não podendo arcar com qualquer ônus pecuniário, sob pena de comprometer a sua manutenção;

b) requer, ainda, a PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL, para confirmação da debilidade elencada em linhas pretéritas, observando, para tanto, o dispositivo ao Beneficiário da Justiça Gratuita;

c) a condenação da Ré ao PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO (SEGURO DPVAT) **no valor de R\$ 3.712,50 (três mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos)**, acrescidos de correção





monetária e juros de mora desde evento danoso;

d) Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que, de praxe, a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art.334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em não se admite a autocomposição.

e) Requer ainda, a citação do Demandado para apresentar defesa, porquanto mister constitucional balizado no princípio do contraditório e ampla defesa.

## **V - DO SEDIMENTO PROBANTE**

Provará toda a alegação feita através dos documentos anexos, sem prejuízo de qualquer outra prova em direito permitida, inclusive oral e as de ordem pericial.

## **VI - DO VALOR DA CAUSA**

Dá a presente o valor de R\$ 3.712,50 (três mil, setecentos e doze reais e cinquenta centavos).

Pede deferimento.

Mossoró - RN, 12 de agosto de 2019

**Gerliann Maria Lisboa de Aquino**  
**OAB/RN 8404**

**Eliaquim Aminadabe Hamul Dantas Rodrigues**  
**OAB/RN 12.510**

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 99985-6883 / 99667-6153  
E-mail: gerliaquino@hotmail.com







## **PROCURAÇÃO AD JUDICIA**

### **OUTORGANTE**

NOME: Joaquim José Gleide da Silva	
Nacionalidade: Brasileiro	Estado civil: Solteiro
Profissão: Agricultor	Documento: CPF N: 009.366.354-44
Endereço: Rua Carlotto Távora	N: 490
Bairro: São Benedito	Cidade: Pau dos Ferros-RN

### **OUTORGADA**

**GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO**, brasileira, solteira, advogada, CPF Nº 011.618.954-18, inscrita na OAB/RN sob o número 8404, com Escritório na Rua Melo Franco, 122, sala 01, Condomínio Comercial Multicentro, Mossoró-RN.

### **PODERES**

Amplos, gerais e ilimitados, PARA O FORO EM GERAL, com a cláusula ad judicium – "et extra", em qualquer juízo, instância ou tribunal, inclusive postular na instância administrativa, usando todos os recursos legais e acompanhando-os em repartições públicas federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, onde o(s) mesmo(s) seja(m) autor(es) ou réu(s), assistente(s), oponente(s), ou de qualquer modo interessado(s), podendo para tanto ajuizar as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, desistir, **renunciar**, transigir, arrolar, inquirir, requerer vista dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, arguir suspeição, falsidade e exceção, requerer falência e concordata, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato.

Pau dos ferros-RN, 14 de julho de 2016.

*Joaquim José Gleide da Silva*  
Outorgante

Rua Francisco Isódio, 321, sala 03, Centro, Mossoró-RN.  
Telefones: (84) 3314-6100 / 9985-6883 / 8822-4130 email: gerliannaquino@hotmail.com



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal

**CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

Nome  
**JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA**


Ng de inscrição  
**009366354-44**

Data do Nascimento  
**22/04/76**




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TECNOLÓGICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



*Joaquim José Gleide da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.579.437 2ª VIA DATA DE EMISSÃO 20.08.2001

Nome JOAQUIM JOSÉ GLEIDE DA SILVA

FILIAÇÃO MARIA DE FÁTIMA SILVA

NATURALIDADE Pau dos Ferros/RN

DATA DE NASCIMENTO 22.04.1976

DOC. ORIGEM C.Nasc.Nº1.897 Liv.A-28 Fls.295v do 2º Cart. de Pau dos Ferros/RN

1ª Intendente Classe Especial

LEI Nº 10.216/03

Mat. 102163-0

COMANDO DE PAU DOS FERROS  
1ª VARCAVAL





Companhia Energética do Rio Grande do Norte  
Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Ins. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE  
MARIA DE FÁTIMA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA  
RUA CARLOTO TAVORA 490

CPF 597.933.684-20

SAO BENEDITO/AREA URBANA  
PAU DOS FERROS RN  
59800-000

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL  
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7010257616	04/2016
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
18/04/2016	06/05/2016
TOTAL A PAGAR (R\$)	48,37

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
000325332	ÚNICA	05/04/2016

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
08/04/2016	3010854112	1290318

#### DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	92,0000000	0,49716951	39,94
Acrescimo Bandeira AMARELA			1,27
Contribuição Iluminação Pública			7,16

DA FATURA

48,37

#### DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	ANTERIOR LEITURA	ATUAL DATA	ATUAL LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
40202708	CAT	07-03-2016	9.562,08	06-04-2016	9.544,08	30	1,00000		92,00

#### HISTÓRICO DE CONSUMO

Mês/ano kWh

ABR 16	82
MAR 16	71
FEV 16	34
JAN 16	
DEZ 15	
NOV 15	
OUT 15	

#### INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
ICMS	18,00	7,41
PIS	1,26	0,51
COFINS	3,58	1,47

#### COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	18,08	43,85
Transmissão	0,83	2,01
Distribuição (Cosern)	11,33	27,49
Energias Setoriais	1,58	3,83
Tributos	9,36	22,79
Total	41,21	100

#### TARIFAS APLICADAS

Consumo Ativo (kWh)	0,37590000
---------------------	------------





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Joaquim José Gleide da Silva, portador do RG Nº 1.579.437/RN e inscrito sob o CPF/MF 009.366.354-44 residente e domiciliado na rua Carloto Tavora N: 490, Bairro: São Benedito, da Cidade de Pau dos Ferros/RN , declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei Nº 1.060/50.

14 de julho de 2016

*Joaquim José Gleide da Silva*

Joaquim José Gleide da Silva

CPF: 009.366.354-44



## Consulta Extrato Previdenciário

## Identificação do Filiado

NIT:	1.605.145.891-4	Nome:	JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA
Data de Nascimento:	22/04/1976	Nome da Mãe:	MARIA DE FATIMA DA SILVA

⚠ Não foram encontradas Relações Previdenciárias para o NIT informado.

Novo NIT

Voltar

Filtrar

Remover Filtro

Imprimir

Imprimir Extrato

Info





DOCUMENTOS:	
CPF	009.366.354-44
RG	1.579.437
Título de Eleitor	014591012016
Cart. Profissional	0809939/002-0
	
Assinatura do Associado	
Pasquim Jose Gleide da Silva	
Local e Data	Am dos tenos/RN, 05/02/2016
Assinatura Presidente	Maria Jacinete Alves da Silva
	CPF 012.463.824-00
	Presidente

Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares de Pau dos Ferros/RN	
CNPJ 08.355.778/0001-25 - Rua Hipólito Cassiano, 711 - B. São Judas Tadeu - CEP 59.900-000	
Associado	Pasquim Jose Gleide da Silva
Mat. N°	10.015
Data Admissão	05/02/2016
Filiação	
Nome	Glênio de Fátima Silva
End.	no: Carloto Tavora, 490
Local de Trabalho	Sítio Tocos - Z. Rural
Natural	Am dos tenos/RN
Est. Civil	Solteiro
Data Nasc.	22/10/1976
Grau Instrução	Marbetizado
Profissão	Agricultor





COMARCA DE PIAUÍ  
17  
VARA CÍVEL

OR

Previdência  
corio para o  
su atividade

dos os dados  
ntos básicos  
eitos perante  
mo para a  
is benefícios  
sua habili-  
Fundo de

ntido neste  
onservação,  
as atividades

protegê-la e  
m de sua vida  
o e validade  
e cidadão,  
e o de seus  
bém, como

OS DO  
ALHADOR.



MINISTÉRIO DO TRABALHO  
E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP  
160.51458.91-4

NÚMERO 0809939 SÉRIE 002-0 UF RN

Joaquim José Gleide da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

COLECAR DIREITO



02 QUALIFICAÇÃO CIVIL  
BRASILEIRO

NOME: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA  
22/04/1976 NASCIMENTO  
CPF: 009.366.354-44  
LOC. DE NASC.: PAU DOS FERROS - RN  
FILIAÇÃO: MARIA DE FATIMA SILVA  
DOC. APRESENTADO: RG 1579437 SSP RN  
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO  
LEI Nº 4841 DE 10 DE JUNHO DE 1966  
RG: 1579437  
LOCAL DA EMISSÃO: CENTRAL DO CIDADÃO PAU DOS FERROS  
EMISSÃO: 19/10/2008  
ASSINATURA DO EMISSOR: Joaquim José Gleide da Silva

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE 03

FILIAÇÃO \_\_\_\_\_  
DATA DE NASC. DE \_\_\_\_ PARA \_\_\_\_  
DOCUMENTO: \_\_\_\_\_ MOTIVO: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME \_\_\_\_\_  
DOCUMENTO \_\_\_\_\_ MOTIVO: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME \_\_\_\_\_  
DOCUMENTO \_\_\_\_\_ MOTIVO: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME \_\_\_\_\_  
DOCUMENTO \_\_\_\_\_ MOTIVO: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

LEGENDA  
A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO  
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MAIORIA VOLUNTÁRIA





06

## CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR .....

COC/CPF/CB .....

ENDEREÇO .....

MUNICÍPIO .....

UF .....

ESP. DO ESTABELECIMENTO .....

CARGO .....

CBO Nº .....

DATA DE ADMISSÃO .....

DE .....

DE .....

REGISTRO Nº .....

PIS / RCHA .....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA .....

1ª .....

2ª .....

DATA DE SAÍDA .....

DE .....

DE .....

1ª .....

2ª .....

COM. DISPENSA CD Nº .....

FGTS Nº DA CONTA .....

## CONTRATO DE TRABALHO

07

EMPREGADOR .....

COC/CPF/CB .....

ENDEREÇO .....

MUNICÍPIO .....

UF .....

ESP. DO ESTABELECIMENTO .....

CARGO .....

CBO Nº .....

DATA DE ADMISSÃO .....

DE .....

DE .....

REGISTRO Nº .....

PIS / RCHA .....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA .....

1ª .....

2ª .....

DATA DE SAÍDA .....

DE .....

DE .....

1ª .....

2ª .....

COM. DISPENSA CD Nº .....

FGTS Nº DA CONTA .....











**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DAS CIDADES**

**DETRAN - RN** Nº **011387279003**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO**

VIA: 1 COD. RENAVAM: 01042477644 RNTC: \*\*\*\*\* EXERCICIO: 2015

NOME: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

CPF/CNPJ: 009.366.354-44 PLACA: OWF6002

PLACA ANT./UF: OWF6002/RN CHASSI: 9C2KD0810FR423364

ESPECIE TIPO: PASSADIEIRO/MOTOCICLETA/VEICULO DE TRAFEGO COMBUSTIVEL: ALCOOL-GASOL

MARCA/MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD ANO FAB: 2015 ANO MOD: 2015

CAP/POT/CIL: 0CV/162 CILINDRADAS CATEGORIA: PARTICULAR COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA UNICA: R\$ 0.00 VENC. COTA UNICA: 06/04/2018 1º PAGO

FAIXA I.P.V.A.: 014920 3X PARCELAMENTO/COTAS: R\$ \*\*\*\*\* 2º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$): OF (R\$): PREMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO: \*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES: MOTOR: KD09E1F423364

PAU DOS FERROS 18/03/2015

Assinado eletronicamente por: GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS**  
**AUTOMOTOES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS**  
**TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT**

**RN Nº 011387279003 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT**  
**PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO**  
**AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**  
**www.dpvatsegurodotransito.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

EXERCICIO: 2015 DATA DE EMISSÃO: 18/03/2015

VIA: 1 COD. RENAVAM: 01042477644 CPF/CNPJ: 009.366.354-44 PLACA: OWF6002

RENAVAM: 01042477644 MARCA/MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB: 2015 CAT. TARIF: 9 Nº CHASSI: 9C2KD0810FR423364

**PRÊMIO TARIFARIO**

FNS (R\$): DENATRAN (R\$): CUSTO DO SEGURO (R\$):

CUSTO DO BILHETE (R\$): OF (R\$): TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$):

PAGAMENTO: ☐ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO:

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 09.248.608/0001-04  
www.seguradoralider.com.br

FEV-2014





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA  
SAMU- METROPOLITANO/RN



AFIRMAÇÃO

Afirmamos para os devidos fins que o paciente,-  
Joaquim José Gláide da Silva, 39 anos, foi  
atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU  
192/RN), no dia 14/09/15, no horário 16:13 na rua  
BR 405. Paciente vítima de  
colisão moto x moto.

Pau dos Ferros, 25 de novembro de 20 15

José Dugiton de Moraes  
Enfermeiro  
COREN/RN 245420

Coordenadora de Enfermagem







HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE 39  
BR 405 Km 03, Bairro Anzã, Pau dos Ferros RN, Telefone: 84-3331-9840

## BOLETIM DE URGÊNCIA



Nome: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Nas 22/04/1976 1-Masculino Solteiro

TEL:

Nº REG: 364065

Pai:

Mãe: MARIA DE FATIMA SILVA

Endereço: SÃO JOAO

341 SÃO BENEDITO

PAU DOS FERROS

RN

Responsável: CNS,

Endereço do Responsável: 84-9- 9880-4175

TEL:

Serviço: Urgência / emergência

Enfermaria:

Leito:

Admissão: 14/09/2015 Hora admissão: 16:55

Data da Alta:

Hora da Alta:

Dados Clínicos: PA:..... mmHg Pulso:..... Bpm Temp:..... FR.....

Alega Acidente de Trabalho Sim Não

História - Causa eficiente da Lesão ( alegada ):

*Queda de moto com trauma  
no tornozelo E*

Lesões ou afecções encontradas

*Permanente com sangramento,  
hem. edema e deformidade*

DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO:

*fratura Exposta tornozelo E*

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO:

Hora: 16:57

CRM

*[Assinatura]*  
Antônia Valdeir de Souza Lima  
Chefe de Seção do SAME  
MT. 89.866-0  
E-DM Nº 4006-07/04/2015

HOSPITAL DR. CLEODON CARLOS DE ANDRADE  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Pau dos Ferros-RN 25/11/2015



## EXAMES COMPLEMENTARES:

## CONDUTA:

- ① R. Zantato - 1000ml, 2v, 42g/h
- ② Cefalotina 0g - 02 FA, 3v
- ③ Garamiceina 80mg - 02mg, 2v
- ④ Penicilina 20mg + 100. 2v
- ⑤ SAT 5.000 US - 2v
- ⑥ Ao Centro Cirúrgico

*[Assinatura]*  
 Dr. Ivonézio Queiroz de Souza  
 Médico Ortopedista - CRM 4152  
 Título Titular SBOT- TEOT 9448

Médico / Carimbo:

## DESTINO DO PACIENTE:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ hora: \_\_\_\_

Destino: Cl. Médica: ☐ Cl. Cirúrgica ☐ Cl. Obstétrica: ☐ UTI Adulto: ☐ Pediatria: ☐  
 Alta Médica: ☐ Alta a pedido: ☐ Alta a revelia: ☐ Transferência: ☐ Óbito: ☐

Médico / Carimbo:





# HOSPITAL CLEODON CARLOS DE ANDRADE

BR 409, Km 03, Bairro Anzani, Pau dos Ferros RN. Telefone: 54.3351 - 9440

## PRONTUÁRIO MÉDICO PARA INTERNAÇÃO



Nome: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Nas 22/04/1976

1-Masculino

Solteiro

SERVENTE

Cert.nasc.

Título

CPF

RG ✓ Nº

PRONT:

81397

1.579437

Pai:

Mãe: MARIA DE FATIMA SILVA

Endereço: SÃO JOAO

341 SÃO BENEDITO

Cidade: PAU DOS FERROS

UF: RN Responsável:

CNS, 706.8052.2705.0224

Endereço do Responsável 84-9- 9880-4175

- 9 9970 8580

Serviço: 1 -C. Cirúrgica

Enfermaria 14

Leito: C

Admissão: 14/09/2015

Data da Alta: 21.09.15 Dias de Permanência: 07

Diag Inicial:

Diag Principal:

Sumário de história Clínica, exame e tratamento

Paciente admitido para  
tratamento cirúrgico de fratura  
exposta no tornozelo. E a antibioticoterapia

Complicações:

Nenhuma

Antônia Valdeice de Souza Lima  
Chefe de Seção do SAME  
Mat. 89.866-0  
B. ADM. Nº 4006-07/04/2015

Complicações de alta:

Boa

HOSPITAL DR. CLEODON CARLOS DE ANDRADE  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Pau dos Ferros - RN 12/02/2016

Causa imediata do óbito:

Dr. Ivonézio Queiroz de Souza  
Médico Ortopedista - CRM 4152  
Membro Titular SBCOT - TEOT 94419

Hora:

17:19

Ivonézio Queiroz de Souza  
Médico: CRM 4152  
CPF 79220380463





# INTERNAÇÃO HOSPITALAR



## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Identificação do Estabelecimento Solicitante

2 - CNES

3 - Identificação do Estabelecimento Executante

Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade

4 - CNES

2 4 0 9 2 7 5

## Identificação do Paciente

5 - Nome do Paciente

JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Cert.nasc.

Título

CPF

RG ☒ Nº

6 - Documento

1.579437

8 - Nº do prontuário:

81397

7 - Cartão Nacional de Saúde

0

Raça/cor

8 - Data de Nascimento

22/04/1976

9 - Sexo

1-Masculino

10 - Nome da Mãe ou Responsável

MARIA DE FATIMA SILVA

11 - Telefone de Contato

12 - Endereço ( Rua, Nº, Bairro )

SÃO JOAO

341

SÃO BENEDITO

13 - Município de Residência

PAU DOS FERROS

14 - Código IBGE Município

15 - UF

RN

16 - CEP

59900000

## Justificativa da Internação

17 - Principais Sinais e Sintomas

Trauma no tornozelo esquerdo com ferimento, sangramento, edema e dor

18 - Condições que Justificam a Internação

Necessidade de Cirurgia

19 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultados de Exames Realizados)

Semi-ologia + RX

HOSPITAL DR. CLEODON CARLOS DE ANDRADE  
AUTENTICAÇÃO  
CONFERE COM O ORIGINAL  
12/02/2016

20 - Diagnóstico Inicial

FRATURA EXPLOSA TORNZELO E 5828 Y848

21 - CID 10 - Principal

22 - CID 10 Secundário

23 - CID 10 Causa Associadas

## Procedimento Solicitado

24 - Descrição do Procedimento Solicitado

Cat. Cirurgia Fratura Tornzele

25 - Código do Procedimento

1040805 0578

26 - Clínica

27 - Caráter Internação

28 - Documento

CNS ☐ CPF ☐

29 - Nº do Documento (CNS / CPF) do Profissional Solicitante / Assistente

792.203.804 - 63

30 - Nome do Profissional Solicitante / Assistente

Ivonézio Queiroz de Souza

31 - Data Solicitação

14/09/2015

32 - Assinatura e Carimbo (Assinatura e Carimbo do Conselho)

Dr. Ivonézio Queiroz de Souza  
Médico Ortopedista - CRM 4152  
Membro Titular SPOC

## Preencher em Caso de Causas Externas ( Acidentes ou Violências )

33 - ( ) Acidente de trânsito

36 - CNPJ da Seguradora

37 - Nº do Bilhete

38 - Série

34 - ( ) Acidente Trabalho Típico

39 - CNPJ da Empresa

40 - CNAE Empresa

41 - CBOR

35 - ( ) Acidente Trabalho Trajeto

42 - Vínculo com a Previdência

( ) Empregado

( ) Empregador

( ) Autônomo

( ) Desempregado

( ) Aposentado

( ) Não Assegurado

## Autorização

43 - Nome do Profissional Autorizador

44 - Cód Orgão Emissor

Número da Autorização

M 240940704

45 - Documento

46 - Nº do Documento (CNS / CPF) do Profissional Solicitante / Assistente

CNS ☐ CPF ☐

47 - Data Solicitação

48 - Assinatura e Carimbo ( Nº do Registro do Conselho

14/09/2015



motu 28 dias  
Pau dos Ferros  
Nega tudo



240

PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE  
**Dr. Paulo Gurgel**  
Prontoclínica da Criança Ltda. PRONTOCLÍNICA DA CRIANÇA LTDA  
DRº PAULO GURGEL

Almd. 126132

REGISTRO DE INTERNAMENTO		
Nº AIH:	Nº ATENDIMENTO 126132	DATA 16/10/15 HS:
TIPO DE INTERNAMENTO:	( ) CIRÚRGICO ( ) CLÍNICO ( ) PEDIÁTRICO	
ACOMODACÃO:	LEITO:	CONVÊNIO Suw
MATRICULA 406 805 2 2705 0201	VALIDADE	
ASS. DO RESPONSÁVEL PELO INTERNAMENTO: Patricia		

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
NOME: Joaquim da Silva	SEXO: ( ) M ( ) F
DATA DE NASCIMENTO: 22/04/1976	RG: 1.579.437 CPF: 009.366.354-44
FILIAÇÃO MÃE: Maria de Fátima Silva	
ENDEREÇO: Rua: Venâncio da Silva nº 137	
BAIRRO: São Benedito	CIDADE: Pau dos Ferros
ESTADO: RN	CEP: 59900-000
RESPONSÁVEL: André	PARENTESCO: Amigo
FONE: 9970-8580	FONE: 9811-207190 (celular)

SUMÁRIO DE ALTA	
TIPO DE ALTA: ( ) MÉDICA ( ) ADMINISTRATIVA ( ) A PEDIDO ( ) EVASÃO ( ) ÓBITO	
DATA: / / 2015 HORA:	ASS: RESPONSÁVEL DO SETOR:

RESUMO DO QUADRO CLÍNICO
<p>PRONTOCLÍNICA DA CRIANÇA LTDA CNPJ: 09.417.742/0001-91 Confere com o Original Data: 15/12/2015 Siberina Rangel</p>
CARIMBO E ASS. DO MÉDICO







BOLETIM DE SALA DE CIRURGIA - PRONTUCLINICA DA CRIANÇA PAULO GURGEL			
PACIENTE:		REG. PACIENTE Nº	
Isaque Javi Glorin da Silva		CONVENIO:	
CIRURGIAS REALIZADAS(S): 1- Tnt. Cirurgia de perfuração +		COD. PROCEDIMENTO(S):	
2- Nervos e tendões e tendões e 3- Fístula + 4- as fístulas			
EQUIPE MEDICA		GASOMETRIA / TEMPO DE USO	
CIRURGIÃO: Isaque Javi Glorin da Silva		DATA:	
1º AUXILIAR: Bruno Murtz Borges		HORA: 10/10/15	
2º AUXILIAR: Otoniel Teixeira		TERMINO: 16:30	
3º AUXILIAR: CRM 5015 - SBO 13812		SANGUE:	
ANESTESISTA: Fernando Lima		OPME'S	
INSTRUMENTADOR(A):			
MATERIAIS		MEDICAMENTOS	
ABBOCATH	QTD	ADRENALINA AMP	QTD
AGUA OXIGENADA	QTD	AGUA BISTEILADA 10ml	QTD
AGULHA DESCARTAVEL	QTD	CEFALOXINA 1g FRASCO	QTD
AGULHA RAQUI	QTD	DIMORF AMPOLA	QTD
ALCOOL 70%L	QTD	DOMORIN (5mg)	QTD
ALCOOL IODADO 70%L	QTD	EFORTIL AMPOLA	QTD
ALGODAO GIBOIA	QTD	ELTRANE P/ml	QTD
APAR. DE BARBEAR(TRICOTOMIA)	QTD	FENTANIL P/ml	QTD
ATADURA DE ALGODAO	QTD	FLUOTHANE P/ml	QTD
ATADURA CREPOM	QTD	FORANE P/ml	QTD
ATADURA DE GESSO	QTD	HALOTANO P/ml	QTD
CATETER P/ OXIGENIO	QTD	MARCAINA 0,5%N P/ml	QTD
CATGUT CROMADO C/ AGULHA	QTD	MARCAINA 0,5%N P/ml	QTD
CATGUT SIMPLES C/ AGULHA	QTD	MARCAINA 0,5%N P/ml	QTD
CERA OSSEA	QTD	MARCAINA PESADA 0,5% P/ml	QTD
COMPRESSA CIR.PCI. C.05	QTD	NAROPIN AMPOLA	QTD
DRENO PUIROSE	QTD	PANCUMO AMPOLA	QTD
ELETRODOS/ARRUELAS DE MONIT.	QTD	PLANET AMPOLA	QTD
EQUIPO PARA TRANSFUSAO	QTD	PROFENID 100 mg AMP	QTD
EQUIPO SIMPLES	QTD	PROFENID 50 mg AMP	QTD
ESPARADRAPO 80CM	QTD	PROPOFOL AMPOLA	QTD
ETIBOND	QTD	QUELICIN 100mg AMP	QTD
ESCOVA DESCARTAVEL	QTD	QUELICIN 50mg AMP	QTD
Sonda de Foley	QTD	QUELICIN 50mg AMP	QTD
Sonda P/ Aspiração	QTD	DIVERSOS	QTD









PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE  
**Dr. Paulo Gurgel**  
Prontoclínica da Criança Ltda.

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE Joaquim José Glade da Silva  
APTO.: 204B Nº REGIST. 8  
CONVEN. SUS

USO DE:	DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF. DIL		ECG	
NEBULIZADOR Nº		OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR DIL		BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO		FOTOTERAPIA	
		INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
16/10/15	11:00	Paciente admitida nessa instituição, proveniente de sua residência para realizar tratamento cirúrgico. Aos cuidados de Dr. Bruno. Seguiu acidente de moto há aproximadamente 28 dias no seu município de origem Paus dos Ferros. Recebeu primeiros atendimentos lá sendo encaminhado para Paulo Gurgel onde realizará procedimentos cirúrgicos de Tornozelo (Piquete). Evolui satisfatoriamente, orientado, em O2 ambiente. Nega alergia medicamentosa, alimentar, hipertensão, diabetes. Em anexo exames laboratoriais. Três películas pré-identificadas e datadas. Encontrada em data zero.	Enfermeira Tatiane
16/10/15	14:30	Paciente em pré-operatório por cirurgia em Tornozelo (Piquete) sob cuidados de Dr. Bruno. Consciente e orientado em O2 ambiente. FV, ducto 10 x 10. Seguiu procedimento cirúrgico.	
16/10/15	15:50	Paciente encaminhado ao C.C. com o maciço.	





RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE \_\_\_\_\_  
APTO.: \_\_\_\_\_ Nº REGIST.: \_\_\_\_\_  
CONVEN. \_\_\_\_\_

USO DE:	DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF. DIL		ECG	
NEBULIZADOR Nº		OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR DIL		BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO		FOTOTERAPIA	
		INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
/	/	Anexo 3 folhas de Rx, Exames laboratoriais laudo — x — Marta da Conceição C Téc. em Enfermagem 1055061	i. Med 1022397 Gonzag
16.10.15		paciente admitido no CC para cirurgia nos tendões do "Bumô" sob anestesia geral com uso de máscara Boseim, crânio, e omeprazol, 20mg ou 10mg e alergia medicamentosa, per- turbado sobre orelha apertada, mani- tuído com PNI, ECG e oxímetro de pul- so, punção com globo nº 20 em 150	
16.10.15	16:20	Início da Anestesia Tipo: Raque Anestesia: Dr. Fernando admi: Kufex, Quechuan, Telat, Sup- crana	
16.10.15		Realizado diagnóstico com PVI, diagn- óstico: Tópico e alergia a 70% em 10	
16.10.15	16:35	Início da cirurgia Tipo: Fratura Tor "8" Cirurgia: Fratura Inst. Anestesia: Linc. Sangre Finaliza: 1 pto de 6 furos 5/7 1 pacote 40, 3 n° 12 3 n° 14 e 14	
16.10.15	17:30	Termino da cirurgia	
16.10.15	17:35	Termino da Anestesia Paciente (admitido) diagnóstico	





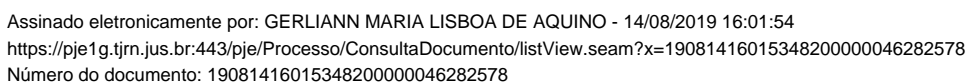


PACIENTE Joaquim Joa. Glória da Silva  
 APTO.: \_\_\_\_\_ Nº REGIST. \_\_\_\_\_  
 CONVEN. SUS

USO DE:		DATA / H		USO DE:		DATA	
BOMBA DE INF.	DIL			ECG			
NEBULIZADOR	Nº			OXIG./UMIDIF.			
ASPIRADOR	DIL			BERÇO AQUECIDO			
CURATIVO				FOTOTERAPIA			
				INCUBADORA			

*[Handwritten notes on lined paper:]*

W.S. de Souza  
Cousin  
W.S. de Souza  
Cousin  
W.S. de Souza  
Cousin



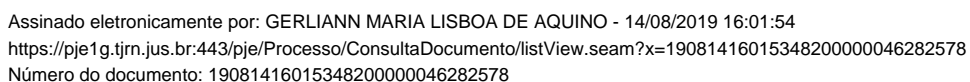




## RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE \_\_\_\_\_  
 APTO.: \_\_\_\_\_ Nº REGIST. \_\_\_\_\_  
 CONVEN. \_\_\_\_\_

USO DE:		DATA / H		USO DE:		DATA	
BOMBA DE INF.	DIL			ECG			
NEBULIZADOR	Nº			OXIG./UMIDIF.			
ASPIRADOR	DIL			BERÇO AQUECIDO			
CURATIVO				FOTOTERAPIA			
				INCUBADORA			

[illegible]





Dr. Bruno

PACIENTE: Joaquim José Oliveira da Silva  
REGISTRO: 1013  
CONVÊNIO: 1  
DATA: 2013

### PRESCRIÇÃO MÉDICA

PRESCRIÇÃO	HORARIOS
1. 1/19/15	
2. 1/19/15	
3. 1/19/15	
4. 1/19/15	
5. 1/19/15	
6. 1/19/15	
7. 1/19/15	
8. 1/19/15	
9. 1/19/15	
10. 1/19/15	
11. 1/19/15	
12. 1/19/15	
13. 1/19/15	
14. 1/19/15	
15. 1/19/15	
16. 1/19/15	
17. 1/19/15	
18. 1/19/15	
19. 1/19/15	
20. 1/19/15	
21. 1/19/15	
22. 1/19/15	
23. 1/19/15	
24. 1/19/15	
25. 1/19/15	
26. 1/19/15	
27. 1/19/15	
28. 1/19/15	
29. 1/19/15	
30. 1/19/15	
31. 1/19/15	
32. 1/19/15	
33. 1/19/15	
34. 1/19/15	
35. 1/19/15	
36. 1/19/15	
37. 1/19/15	
38. 1/19/15	
39. 1/19/15	
40. 1/19/15	
41. 1/19/15	
42. 1/19/15	
43. 1/19/15	
44. 1/19/15	
45. 1/19/15	
46. 1/19/15	
47. 1/19/15	
48. 1/19/15	
49. 1/19/15	
50. 1/19/15	
51. 1/19/15	
52. 1/19/15	
53. 1/19/15	
54. 1/19/15	
55. 1/19/15	
56. 1/19/15	
57. 1/19/15	
58. 1/19/15	
59. 1/19/15	
60. 1/19/15	
61. 1/19/15	
62. 1/19/15	
63. 1/19/15	
64. 1/19/15	
65. 1/19/15	
66. 1/19/15	
67. 1/19/15	
68. 1/19/15	
69. 1/19/15	
70. 1/19/15	
71. 1/19/15	
72. 1/19/15	
73. 1/19/15	
74. 1/19/15	
75. 1/19/15	
76. 1/19/15	
77. 1/19/15	
78. 1/19/15	
79. 1/19/15	
80. 1/19/15	
81. 1/19/15	
82. 1/19/15	
83. 1/19/15	
84. 1/19/15	
85. 1/19/15	
86. 1/19/15	
87. 1/19/15	
88. 1/19/15	
89. 1/19/15	
90. 1/19/15	
91. 1/19/15	
92. 1/19/15	
93. 1/19/15	
94. 1/19/15	
95. 1/19/15	
96. 1/19/15	
97. 1/19/15	
98. 1/19/15	
99. 1/19/15	
100. 1/19/15	

RC FARMÁCIA

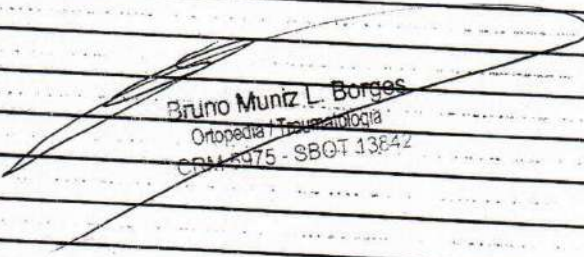
RECIBO

DEBITOS	
SERINGA 01 cc	
SERINGA 03 cc	
SERINGA 05 cc	
SERINGA 10 cc	
SERINGA 20 cc	
EQUIPO MICROGOTAS	
EQUIPO P/BI	
EQUIPO P/SANGUE	
JIECO Nº	
SCAP Nº	
POLIFIX	
LUNA PROCEDIMENTO	
LUNA ESTER. Nº	
GASES PCT	
ESPARADRAPO curativo	
MICROPORÉ	
PVP	
ETER	
ALCOOL 70%ml	
AGULHA BOLA	
AGULHA DESC.	
CREPOM Nº 15 cur	
ALGODÃO ORTOP.	
CERACOL ml	
POMADA	
SONDA DE FOLEY	
SONDA URETRAL	
SONDA NASO	
COLETOR FECHADO	
COLETOR ABERTO	
LAMINA BISTURI	
ELETRODO	
MASC. DESCAT	
SORO FISO. 0,9%	
FITA HGT	





PACIENTE: Jaquim Cleide da Silva REGISTRO Nº \_\_\_\_\_  
 APTO.: 204 B CONVENIO SUS  
 MÉDICO: \_\_\_\_\_

DATA / HORA	DESCRIÇÃO MÉDICA
16/10/15	Sof
	Amel. dos sintomas de fratura com sem intervenção
12/10/15	Sof
	LC 5000 no nível de 12/10/15 em um caso de fratura
	
	Bruno Muniz L. Borges Ortopedia / Traumatologia CRM 14975 - SBOT 13842





**CONTROLE HÍDRICO E T.P.R.**

APT-204B

Jaargum Jani Gladi de Silva

**REG.:**

MÉDICO: Dr. BRUNO CONVÊNIO: SUS

CONVÊNIO: SUS

Assinado eletronicamente por: GERLIANN MARIA LISBOA DE AQUINO - 14/08/2019 16:01:43  
<https://pje1g.trjmm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19081416014210500000046282580>  
 Número do documento: 19081416014210500000046282580



**FLÁVIA RAFAELA DANTAS DE SALES MAGALHÃES**  
**Perito Cinesiológico-Funcional**

CPF: 064.223.524-41  
(84) 9972-5272 | 8822-7878  
CREFITO: 184431-F



**Laudo Funcional para fins de verificação e  
quantificação das lesões em vítimas do Seguro DPVAT**

Nome da Vítima: Paquim Jose - Gláucia da Silva

CPF: 009.366.3154 - 44

Data do acidente: 14/09/15

Perícia realizada por profissional devidamente capacitado e regulamentado de acordo com as Resoluções nº41 de 18 de junho de 2009 e nº 381 de 03 de novembro de 2010.

**DOCUMENTO CONFIDENCIAL, DE CIRCULAÇÃO RESTRITA, REGIDA POR SIGILO**

**Resultado da Avaliação do Perito Examinador**

1. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim    ☐ Não    ☐ Prejudicado

Em caso de assinalar resposta como "não" ou "prejudicado" apresentar justificativas:

Prontidão em alta definitiva

2. Com base no quadro clínico atual da Vítima, favor registrar:

a) Qual região corporal se encontra acometida. Caso haja mais de uma, informar:

ombro esquerdo

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

fratura exposta de torção do osso da mão esquerda com osteossíntese metálica

CID: S82

3. Há indicação da Vítima ainda ter que realizar algum tratamento, incluindo medidas de reabilitação e/ou exames complementares para fins de diagnóstico ou de controle terapêutico?

a) Tratamentos: ☒ Não    ☐ Sim.

Em caso afirmativo, descreva as condutas terapêuticas e/ou de reabilitação:

b) Exames Complementares: ☒ Não    ☐ Sim.

Em caso afirmativo, descreva os exames complementares prescritos e seus prazos:

4. Com base no exame cinesiológico-funcional se pode afirmar que o quadro cursa com:

a) ☐ Disfunções apenas temporárias. Neste caso informar a data de cessação da disfunção ou um prazo médio compatível, previsto para uma reavaliação.







- a) ☒ Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas). Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

O paciente apresentou diminuição de mobilidade e força das articulações dos dedos, tornozelo e joelho esquerdo com cirurgia cirúrgica e atropia muscular.

CID:

Y85.0 T93

5. Segundo o previsto na Lei 11.945/09 favor promover a quantificação da(s) lesão (ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento que sejam geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o Anexo da Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação.

- a) Com base no exame clínico se pode documentar:

( ) Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

- b) Em se tratando de enquadramento como "parcial" informar se o dano é "completo" ou "incompleto":

☒ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

( ) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009, correlacionar as graduações percentuais então compatíveis aos danos apurados, respectivamente a cada segmento corporal acometido, apurando de modo global ou setorial.

**Lesão:**

Marque o percentual:

1ª Lesão:

ombro inferior esquerdo

Marque o percentual: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ☒ 50% médio ( ) 75% grave

2ª Lesão:

Marque o percentual: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% grave

3ª Lesão:

Marque o percentual: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% grave

4ª Lesão:

Marque o percentual: ( ) 10% residual ( ) 25% leve ( ) 50% médio ( ) 75% grave

Todas as informações foram oriundas de documentação hospitalar apresentada e/ou relatadas pelo paciente

Dr. Flávia Rafaela Magalhães  
FISIOTERAPEUTA  
CREFITO: 184431-F

Flávia Rafaela Dantas de Sales Magalhães  
Perito responsável  
CREFITO: 184431-F

08.06.16





# Hospital Dr. Cleodon Carlos de Andrade

BR 405 - KM 03 - PAU DOS FERROS/RN - (84) 3351-9840

Nome:

Joaquim José Cleide  
da Silva

## Receituário

Rx

Assinatura: Cleodant

① CEEEXIN 500mg - 28 con

01 con 6/6h  
(06h; 12h; 18h; 24h)

② PROFAM 100mg - 01bx

01 con 12/12h

Dr. Ivonezio Queiroz de Souza  
Médico Ortopedista - CRM 4482  
Membro Titular SBO - T6079448

Data: 21.09.15





22/03/2017

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo



(1)

Buscar no site

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização



Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

**SINISTRO 3160286053 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RECEPTORA DO SINISTRO** ARUANA SEGUROS S/A**BENEFICIÁRIO** JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA**CPF/CNPJ:** 00936635444**Posição em 22-03-2017 11:24:12**

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
08/07/2016	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00

## ACESSIBILIDADE

[\(/Pages/Acessibilidade.aspx\)](/Pages/Acessibilidade.aspx)[\(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx\)](/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas [\(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)Documentos Invalidez Permanente [\(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)Documento Morte [\(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](/Pages/Documentacao-Morte.aspx)Dicas Indispensáveis [\(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO

Como Pagar [\(/Pages/Pague-Seguro.aspx\)](/Pages/Pague-Seguro.aspx)Consulta a Pagamentos Efetuados [\(/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx\)](/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)Informações Gerais [\(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. [\(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>

1/1





Seguradora Líder - DPVAT



Rio de Janeiro, 14 de Julho de 2016

Carta nº: 9366018

A/C: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Sinistro: 3160286053 ASL-0870264/16  
Vitima: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA  
Data Acidente: 14/09/2015  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: MARIANNA SENA ALVES DE QUEIROZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Valor: R\$ 3.375,00

Banco: 104

Agência: 000000763

Conta: 0000056436-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	3.375,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 50%) 25,00%

Valor a indenizar: 25,00% x 13.500,00 =

R\$ 3.375,00

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00147/00148 - carta\_15R

0030074





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros  
Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Número do Processo:0802331-28.2019.8.20.5108

Parte autora: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Parte ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### DESPACHO

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Joaquim José Gleide da Silva, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., todos qualificados, requerendo, em síntese, o pagamento do seguro DPVAT, em razão de sequela oriunda de acidente de trânsito.

A petição inicial, prima facie, preenche os requisitos previstos no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, já que as partes estão suficientemente identificadas e foram acostados os documentos essenciais.

Defiro o pedido de gratuidade da Justiça, nos moldes do art. 4º, da Lei nº 1.060/50 c/c art. 99 do NCPC, porquanto o autor afirmou que não tem condições de arcar com as despesas do feito, e a natureza da demanda e documentos trazidos aos autos não contrariam, em análise inicial, essa afirmação.

Considerando que, em regra, não há a celebração de acordo em demandas deste jaez, e as questões técnicas normalmente postas podem ser decididas posteriormente sem qualquer prejuízo às partes, bem como, considerando o princípio processual de que não há nulidade sem prejuízo, especialmente considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo, determino que a realização da audiência de conciliação seja realizada após a contestação ou após a realização da perícia.

Cite-se a demandada para que, na forma e prazos da lei (quinze dias úteis), apresente a defesa que entender pertinente. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Uma vez apresentada contestação, intime-se a parte demandante para se manifestar sobre a mesma no prazo 15 (quinze) dias.



Após, inclua-se o presente feito nos processos destinados para o Mutirão DPVAT, momento em que será realizado a perícia e a audiência de conciliação.

Intimem-se. Cumpra-se.

Pau dos Ferros/RN, Data Registrada no Sistema.

**OSVALDO CÂNDIDO DE LIMA JÚNIOR**

**Juiz de Direito**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros  
Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). OSVALDO CANDIDO DE LIMA JUNIOR, MM Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.

Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0802331-28.2019.8.20.5108

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: JOAQUIM JOSE GLEIDE DA SILVA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



DESPACHO/DECISÃO: "DESPACHO

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por Joaquim José Gleide da Silva, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., todos qualificados, requerendo, em síntese, o pagamento do seguro DPVAT, em razão de sequela oriunda de acidente de trânsito.

A petição inicial, prima facie, preenche os requisitos previstos no art. 319 do Novo Código de Processo Civil, já que as partes estão suficientemente identificadas e foram acostados os documentos essenciais.

Defiro o pedido de gratuidade da Justiça, nos moldes do art. 4º, da Lei nº 1.060/50 c/c art. 99 do NCPC, porquanto o autor afirmou que não tem condições de arcar com as despesas do feito, e a natureza da demanda e documentos trazidos aos autos não contrariam, em análise inicial, essa afirmação.

Considerando que, em regra, não há a celebração de acordo em demandas deste jaez, e as questões técnicas normalmente postas podem ser decididas posteriormente sem qualquer prejuízo às partes, bem como, considerando o princípio processual de que não há nulidade sem prejuízo, especialmente considerando que é facultada a conciliação às partes em qualquer momento do processo, determino que a realização da audiência de conciliação seja realizada após a contestação ou após a realização da perícia.

Cite-se a demandada para que, na forma e prazos da lei (quinze dias úteis), apresente a defesa que entender pertinente. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

Uma vez apresentada contestação, intime-se a parte demandante para se manifestar sobre a mesma no prazo 15 (quinze) dias. Após, inclua-se o presente feito nos processos destinados para o Mutirão DPVAT, momento em que será realizado a perícia e a audiência de conciliação.

Intimem-se. Cumpra-se.

Pau dos Ferros/RN, Data Registrada no Sistema.

OSVALDO CÂNDIDO DE LIMA JÚNIOR

Juiz de Direito."

PAU DOS FERROS/RN, 23 de agosto de 2019.

CLISTENES DE AQUINO DIÓGENES

Chefe de Secretaria em substituição

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000  Processo: 0802331-28.2019.8.20.5108	2ª Vara da Comarca de Pau dos Ferros Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, - CEP: 59900-000  Processo: 0802331-28.2019.8
Destinatário:	Destinatário:



SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO S

